

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM,


(Eng.ª Alzira Torres)

2018/03/05

Despacho:



O Presidente,


(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

18/03/05

Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas

I.- Introdução e identificação:

Identificação do procedimento: *Concurso Público para a "REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL"*

Identificação do órgão competente para a decisão de contratar: *Câmara Municipal de Braga*

Preço Base do Procedimento: € 4.609.744,61

Prazo Base do Procedimento: 365 dias

Identificação do Júri:

Membros efetivos:

Gaspar Silva (Presidente)

Ana Martins

Francisco Marques

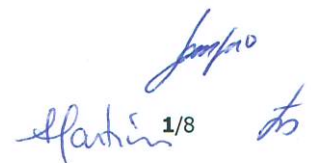
Membros suplentes:

Alzira Torres (Substitui o Presidente nas suas ausências e/ou impedimentos)

Valéria Borges

Manuel Dantas

Luciano Dias


1/8

Reunião efetuada em 05/03/2018, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015 de 02 de outubro, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º 5676/2017, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 128, de 05 de julho de 2017, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do 2º relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes

II.- Audiência Prévia e Ordenação das Propostas:

O júri apreciou a pronúncias apresentadas em sede de audiência prévia ao projeto de decisão, corporizado no 2º relatório preliminar de análise e avaliação das propostas, apresentadas pelos concorrentes **Acciona Construcción, SA.** e **Construções Refoiense, Lda.**

O concorrente **Acciona Construcción, SA**, critica a alteração da pontuação atribuída à sua proposta em resultado da reavaliação levada a cabo pelo júri do procedimento na sequência da apreciação das pronúncias ao primeiro relatório preliminar, e censura o projeto de decisão de adjudicação, advogando, por um lado, a existência de fundamentos de exclusão das propostas dos concorrentes DST- Domingos da Silva Teixeira, S.A. e Construções Refoiense, Lda por violação das normas legais e das peças do procedimento e, por outro lado, falhas na avaliação das propostas de todos os concorrentes.

O concorrente **Construções Refoiense, Lda** vêm mais uma vez equacionar o mérito da avaliação da sua proposta.

Pronúncia do concorrente Acciona Construcción, SA

1. Violação das normas legais e das peças do procedimento pelo concorrente DST

O caderno de encargos prevê na sua 32.ª cláusula as condições de pagamento às quais ficam os ocorrentes vinculados, designadamente, quanto ao prazo máximo de pagamento pelo contraente público das prestações efetivamente prestadas pelo contratante – prazo máximo de 60 dias depois da apresentação da respetiva fatura.

É verdade que o concorrente DST- Domingos da Silva Teixeira, S.A. numa nota inserida no plano de pagamentos refere que as *condições de pagamento são conforme a cláusula 32.ª do caderno de encargos, sendo o prazo de pagamento de 60 dias de calendário após a data do auto de medição aprovado pelos representantes do dono da obra e da entidade contratada.*

Os autos de medição são documentos que ilustram a situação de trabalhos servindo, por um lado, para verificar a perfeita execução dos trabalhos e, por outro lado, para promover a liquidação do valor correspondente às quantidades de trabalhos medidos sobre as quais não haja divergências. A partir desse momento o empreiteiro pode (e deve) faturar os respetivos trabalhos e só com a emissão de fatura se gera a obrigação de pagamento, a qual se vence no prazo fixado no caderno de encargos.

Os autos de medição não geram a obrigação de pagamento e, por isso, não podem concorrer para a contagem do prazo do cumprimento daquela mesma obrigação.

Numa eventual contradição na declaração do concorrente, não pode o júri do procedimento fazer uma interpretação abusiva escolhendo evidenciar determinados aspetos em detrimento dos demais, principalmente quando essa interpretação possa resultar na consequência mais gravosa para o concorrente como seria exclusão da proposta do concorrente.

Aliás, a entidade adjudicante, seguindo os princípios e regras basilares da contratação pública, procura obter do mercado a maior concorrência e o maior número de propostas válidas que permitam a escolha da melhor proposta para a concretização do interesse público subjacente à contratação pública. Tal prática não é compatível com interpretações abusivas e descontextualizada do acervo informativo de toda uma proposta em desrespeito pelo do princípio de proporcionalidade procurando realçar detalhes e pormenores de forma tendenciosa a invalidar uma proposta quando existem elementos e evidencias naquela que afastam qualquer fixação de termos ou condições que violam o caderno de encargos.

Considerando que o concorrente DST- Domingos da Silva Teixeira, S.A. remete expressamente para as condições de pagamento estipulados no caderno de encargos vinculando-se àquelas e que os autos de medição servem para promover a liquidação do valor correspondente às quantidades de trabalhos medidos sem gerarem qualquer obrigação de pagamento, não pode o júri, sob pena de uma interpretação manifestamente abusiva e desproporcional, considerar que existe qualquer condição ao caderno de encargos suscetível de violar aspetos de execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos.

2. Assinatura dos documentos das propostas dos concorrentes DST- Domingos da Silva Teixeira, S.A. e Construções Refoiense, Lda.

Nos termos do regulamento do procedimento, que vai de encontro às exigências legais impostas pela Lei 96/2015, de 17 de agosto, os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante (artigo 62.º/1 do Código dos Contratos Públicos), devendo ser assinados com assinatura eletrónica qualificada **do concorrente ou dos seus representantes legais** (Lei 96/2015, de 17 de agosto).

Os documentos que constituem as propostas dos **concorrentes DST- Domingos da Silva Teixeira, S.A. e Construções Refoiense, Lda.**, estão assinados com assinatura eletrónica qualificada mediante certificado emitido por entidade credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança para o próprio concorrente enquanto pessoa coletiva. Sendo que se o certificado qualificado da assinatura eletrónica for emitido em nome duma pessoa coletiva que é o próprio concorrente não restam dúvidas de que os documentos estão assinados por quem vincula o concorrente. (Crf. Acórdão 02389/10.4BELSB do TACN).

Nessa medida, o júri considera que os documentos que constituem as propostas dos concorrentes **DST- Domingos da Silva Teixeira, S.A. e Construções Refoiense, Lda.** estão assinados com assinatura eletrónica qualificada nos termos exigidos no regulamento do procedimento e da Lei 96/2015, de 17 de agosto.

Pronúncias dos concorrentes Acciona Construcción, SA e Construções Refoiense, Lda relativamente à avaliação das propostas

O artigo 132.º, n.º 1, alínea n) do CCP especifica que o programa do concurso deve indicar «o critério de adjudicação, bem como, quando for adotado o da proposta economicamente mais vantajosa, o modelo de avaliação das propostas, explicitando claramente os fatores e eventuais subfatores relativos aos aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência pelo caderno de encargos».

Recorde-se que independentemente do critério de adjudicação e da sua concretização, a avaliação do júri recairá sempre e somente sobre os atributos das propostas, isto é, as características ou elementos das mesmas que digam respeito a aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência, conforme concretiza o n.º 2 do artigo 56.º do CCP.

Na avaliação das propostas construída a partir da organização e hierarquização de atributos suscetíveis de serem propostos vertidos em requisitos ou pressupostos haverá sempre uma margem de discricionariedade técnica conferida ao avaliador que, com suporte nas suas competências técnicas, conjugada com os objetivos pretendidos com a execução da obra, lhe permitirá fazer uma comparação entre atributos (os preconizados na metodologia e os efetivamente propostos pelos concorrentes) atribuindo-lhe uma valorização quantitativa.

Nessa medida a relação de características de execução do contrato ou, no dizer da doutrina, de prestações ou tarefas concretamente definidas a serem executadas, são objetivamente avaliadas por comparação a uma proposta-modelo, uma proposta-referência. As diferentes propostas-modelo - reveladas pela diferente caracterização entre si - constituirão a base de referência para a formulação de juízos técnicos de comparação a que será sujeita cada proposta realmente apresentada e, nessa medida, o parâmetro para a classificação de cada uma destas.

Conhecendo antecipadamente a base metodológica de avaliação, cada concorrente poderá optar, na elaboração das suas propostas, pelo tipo e modo de prestação, concretizando as condições segundo as quais se pretende vincular perante a entidade adjudicante. O júri, ao conseguir referir cada proposta apresentada a uma proposta-modelo (a um referencial comum), conseguirá, por via indireta, comparar as propostas entre si e, com isso, hierarquizá-las por mérito.

Esta hierarquização será já o resultado de conclusões valorativas suportadas e em consequência de uma apreciação objetiva: a comparação de atributos entre si; dos atributos das propostas com o conjunto ordenado de diferentes pressupostos/requisitos descritos no modelo de avaliação.

Embora se aceite que possam existir outros juízos técnicos ou interpretações da concretização dos atributos (pressupostos/requisitos), a avaliação das propostas é sustentada em pressupostos previamente definidos no modelo de avaliação assente numa apreciação objetiva que permite à entidade adjudicante comparar retrato da obra preconizado pelo concorrente na sua proposta com uma proposta-modelo (a um referencial comum) que vai de encontro aos objetivos pretendidos alcançar com a execução daquela.

A avaliação deve por isso sindicar-se na verificação do preenchimento dos pressupostos definidos nos descritores dos fatores e subfactores de avaliação à luz de uma interpretação objetiva e razoável face ao retrato global da obra traçado pelo concorrente na sua proposta.

Se o júri for além daquela verificação fazendo avaliação suportada em detalhes minuciosos numa busca por falhas e lapsos nas propostas dos concorrentes cuja relevância não é objetivamente capaz de colocar em crise o cumprimento dos pressupostos definidos, e com isso desvalorizar as propostas, tal como parece ser o entendimento do concorrente *Acciona Construcción, SA*, inviabilizaria a utilidade e finalidade da avaliação das propostas retirando-lhe a objetividade pretendida com a definição dos pressupostos concretos e definidos no regulamento do procedimento ajustados à realidade da obra pretendida contratar.

Após a reavaliação das propostas, o júri, no uso da discricionariedade técnica que lhe advém das capacidades técnicas e experiência do avaliador conjugada com objetivo e interesse subjacentes à execução da empreitada, mantém inalteradas as conclusões e respetiva fundamentação da avaliação das propostas consignada no relatório preliminar reformulado.

No que respeita à valorização da proposta do concorrente **Construções Refoiense, Lda**, o júri deliberou por unanimidade *manter* a classificação atribuída ao subfator *Metodologia*, na medida em que o cumprimento do pressuposto n.º 1 do descritor do subfator metodologia – “o faseamento proposto é compatível com o caderno de encargos e responde às exigências impostas pelo mesmo e responde às exigências impostas pelo mesmo” – prende-se com uma especial exigência de compatibilização e resposta concretas e precisas à identidade da obra como aspeto diferenciador da proposta. Recorde-se que as propostas submetidas a avaliação passaram já no crivo da admissibilidade, o que não seria possível a uma proposta assente numa metodologia incompatível e que simplesmente não respondesse ao exigido no caderno de encargos. Quando passamos para a fase de avaliação a exigência não se reporta a um mínimo que pode até por em causa a admissibilidade das propostas, mas a uma especial vocação da metodologia para aquela obra em concreto assente em aspetos concretos e precisos que a diferencie das demais propostas apresentadas a concurso.

Deste modo o júri deliberou, por unanimidade, manter a classificação atribuída ao concorrente **Construções Refoiense, Lda** para o subfactor metodologia, reiterando as conclusões e respetiva fundamentação da avaliação consignada no relatório preliminar.

Nessa medida, o Júri deliberou, por unanimidade, não alterar o projeto de decisão de vertido no 2º relatório preliminar de análise e avaliação das propostas e manter a ordenação das propostas.

III.- Recomendação ao órgão decisor:

Nestes termos, o júri deliberou, por unanimidade, propor:

I. A ordenação das propostas em resultado da aplicação do critério de adjudicação, nos termos seguintes:

Posição	Identificação do concorrente	Preço	Avaliação final
1	Costeira - Engenharia e Construção, S.A.	4.588.772,41 €	0,4027
2	DST – Domingos da Silva Teixeira, S.A.	4.595.980,10 €	0,4018
3	Construções Refoiense, Lda	4.421.683,19 €	0,3995
4	Acciona Construcción, SA	4.393.086,61 €	0,3532

II. A adjudicação da empreitada.

Face ao que foi referido anteriormente e pelo facto do concorrente **Costeira - Engenharia e Construção, S.A.**, ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada atrás referenciada, lhe seja adjudicada pela quantia de 4.588.772,41 €, a que acresce o IVA à taxa em vigor.

II.1 – Caução

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual.

O modo de prestação da caução é o referido no artigo 12º do Programa do Concurso.

II.2 – Documentos de Habilitação

Nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação foi fixado no artigo 9.º do Programa do Concurso.

II.3 – Contrato Escrito

- **Minuta do contrato**

Sendo exigida a caução, a minuta do contrato só pode ser aprovada depois de comprovada a sua prestação.

III – Notificação da Adjudicação

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do “Relatório Final”.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;
- Para prestar caução.

Nada mais tendo ocorrido nesta reunião e nada mais havendo a diligenciar, foi dada por finda e encerrada.

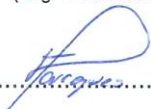
O Júri do Procedimento

.....

(Eng.º Gaspar Silva)

.....

(Eng.ª Ana Martins)

.....

(Eng.º Francisco Marques)